

PREGÃO ELETRÔNICO

1. Preâmbulo

1.1 – Tornamos público a quem possa interessar que por determinação da autoridade competente, nos termos do decreto Municipal nº 20.128/2017¹ o Departamento de Licitações e Materiais, realizará por intermédio do sistema eletrônico de compras denominado “COMPRAS/SBC”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, referente ao **Processo de Contratação n.º 02336/2024 - PE 636/2024**, tendo como **objeto MATERIAL DE CONSUMO PARA PROGRAMA BANCO DE ALIMENTOS, destinados à Secretaria de Assistência Social**, nos termos das especificações constantes em seus anexos, integrante do presente Edital.

1.2 – Unidade Compradora: Município de São Bernardo do Campo.

1.3 – Pregoeiro: Roberto Martinho dos Santos.

1.4 – Endereço eletrônico (site) do COMPRAS/SBC: <https://compras.saobernardo.sp.gov.br>

1.4.1 – Endereço: Avenida Kennedy, nº 1.100 – Parque São Diogo – Prédio “Gilberto Pasin” – CEP 09726-253

1.5 – Período para apresentação das propostas de: 12/11/2024 às 12:00 até 27/11/2024 às 12:00.

1.6 – Data de abertura da sessão pública: 27/11/2024 às 12:01.

1.6.1 – Modo de disputa: Aberto.

1.7 – Critério de Julgamento: menor preço por item.

1.8 – Local de Entrega: Dentro do Município de São Bernardo do campo, a ser discriminado na Autorização de Fornecimento - A.F.

1.9 - Prazo de entrega: 30 DIAS.

1.10 – Condição de Pagamento: 15 DIAS FORA A QUINZENA em que se der a efetiva atestação da entrega do material.

1.11 – Itens:

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	MOLA AÉREA PARA AMORTECIMENTO DE FECHAMENTO DE PORTAS	PEÇA	3,0000
2	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE	MILHEIRO	60,0000
3	CONCHA CANECA EM INOX PARA CEREAIS, GRÃOS	PEÇA	4,0000
4	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, POLIPROPILENO	ROLO	1.200,0000
5	ETIQUETA ADESIVA, COR BRANCA, TAMANHO 25,4MM X 66	PACOTE	20,0000
6	PANO MULTIUSO PARA LIMPEZA, EM ROLO DE 300 METROS	ROLO COM 300M	8,0000

7	TOUCA DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM TNT	PEÇA	2.000,0000
8	LUVA NITRILICA PARA PROCEDIMENTO, SEM PÓ, TAMANHO =P=	PEÇA	200,0000
9	LUVA NITRILICA PARA PROCEDIMENTO, SEM PÓ, TAMANHO =M=	PEÇA	1.000,0000
10	LUVA NITRILICA PARA PROCEDIMENTO, SEM PÓ, TAMANHO =G=	PEÇA	200,0000
11	PALLET EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), MATERIAL RECICLADO	PEÇA	15,0000
12	LIXEIRA EM POLIPROPILENO	PEÇA	8,0000

1.12 – Recebimento dos esclarecimentos, impugnações, propostas, lances e recursos: somente via internet, no endereço eletrônico do COMPRAS/SBC.

¹ - <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-bernardo-do-campo/decreto/2017/2013/20128/decreto-n-20128-2017-delega-competencia-para-autorizar-a-autuacao-de-processo-de-contratacao-e-autorizacao-expressa-para-licitar-revoga-o-decreto-municipal-n-17427-de-10-de-marco-de-2011-e-da-outras-providencias>

MUNICIPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

2 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 – Esta licitação e a contratação dela decorrente subordinam-se às disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021, com as alterações que lhe sobrevieram, e do Decreto Municipal nº. 22.260/2023¹, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e às normas estabelecidas no presente Edital e demais especificações anexas.

2.2 – A Sessão Pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <https://compras.saobernardo.sp.gov.br>, por meio da INTERNET, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital.

2.3 – A sessão pública será conduzida por pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, denominado pregoeiro com auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema.

3 – DA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 – Poderão participar da presente licitação todos os interessados que estiverem inscritos no COMPRAS/SBC.

3.1.1 – Os interessados obterão informações sobre como inscrever-se no COMPRAS/SBC, no endereço <https://compras.saobernardo.sp.gov.br>, opção NORMAS E INSTRUÇÕES, onde poderão consultar a Instrução Cadastral que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

3.2 – Estará apto a operar o Pregão eletrônico no COMPRAS/SBC o interessado que se cadastrar, tiver o seu cadastro aprovado, com pelo menos 01 (um) representante, e obtiver a senha de acesso ao sistema.

3.3 – O representante terá poderes para oferecer propostas, formular lances, negociar, recorrer e praticar os demais atos inerentes ao certame.

3.4 – Os poderes de que trata o subitem 3.3 deverão decorrer de representação legal conferida pelo ato constitutivo da pessoa jurídica, ou serão atribuídos mediante instrumento de mandato, a ser firmado pelo representante legal do interessado, e anexado ao sistema de Cadastro de Fornecedores deste Município, para formalização do credenciamento, identificando o representante, a ser credenciado, com a informação do respectivo CPF – Cadastro de Pessoa Física.

3.5 – O uso da senha é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente por ele ou por seu credenciado, não cabendo à Administração, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.

3.6 – Cada credenciado somente poderá representar apenas um licitante, em cada pregão eletrônico.

3.7 – Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.7.1 – proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

¹ <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-bernardo-do-campo/decreto/2023/2226/22260/decreto-n-22260-2023-dispoe-sobre-normas-e-procedimentos-para-as-contratacoes-de-bens-servicos-e-obras-no-ambito-do-municipio-de-sao-bernardo-do-campo-e-da-outras-providencias>

MUNICIPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

3.7.2 – que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.3 – estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4 – que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, §1º e artigo 14 da Lei nº 14.133/21.

3.7.5 – Pessoas Físicas;

3.7.6 – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público e não reabilitadas;

3.7.7 – Empresas que estejam cumprindo sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar aplicadas por órgãos que integram a Administração direta e indireta do Município de São Bernardo do Campo.

3.7.8 – Em forma de consórcio, salvo se previsto no Termo de Referência permissão expressa.

3.8 – A participação neste certame dar-se-á, via Internet, no endereço eletrônico do Sistema Eletrônico de Compras/SBC, sendo criptografados os documentos e propostas, automaticamente, pelo sistema e mantidas em sigilo até a respectiva abertura.

3.9 – Ao acessar o Sistema Eletrônico utilizando-se da senha que lhe permitirá participar desta licitação, o licitante, além de digitar o CPF do usuário (login), a senha, deverá assinalar a declaração, sob as penalidades da lei, de que:

I. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende todas as despesas que incidirem sobre o objeto licitado, tais como: encargos diretos e indiretos, impostos e taxas, frete e a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

III. que os serviços e os materiais obedecerão às normas e especificações da A.B.N.T. pertinentes a matéria ou, na inexistência dessas, à normatização internacional de referência ou a outra norma, de acordo com a natureza dos serviços contratados.

IV. que de acordo com as especificações fornecidas pelo Município há perfeita condição para a execução completa dos serviços;

V. que nenhum dos seus dirigentes, gerentes, acionistas, responsáveis técnicos e funcionários sejam servidores deste Município, sob qualquer regime de contratação;

VI. que não possui fato impeditivo para contratação com o serviço público;

VII. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição;

VIII. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IX. Cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

MUNICIPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

X. Cumpre as Normas de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme preceitua a Lei Municipal nº 6.078, de 03 de novembro de 2010 e por fim que;

XI. suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

XII. tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

XIII. no caso de ser ME/EPP que no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.9.1 - A falsidade da declaração de que trata o item 3.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021, e neste Edital.

3.10 - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita preferencialmente por documento autenticado digitalmente ou, ainda, nos termos do inciso IV do artigo 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.11 - Nos documentos apresentados pelas licitantes será permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

3.12 - Será concedido tratamento diferenciado e favorecido para o Microempreendedor Individual (MEI), as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), assim definidas em lei.

3.12.1 - Para o exercício do direito de preferência previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, e alterações, que é tratada no subitem 6.10, a condição de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá constar do registro da licitante junto ao Serviço de Cadastro de Fornecedores do Município de São Bernardo do Campo, conforme determina o Item 3 da Instrução Cadastral vigente.

4 – DAS PROPOSTAS

4.1 - Os licitantes deverão formular suas propostas, eletronicamente, **com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, no endereço e prazo do preâmbulo. O encaminhamento da proposta eletrônica pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências e condições de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.2 - Os licitantes deverão preencher corretamente todos os campos solicitados na proposta, tais como: preço da unidade de fornecimento **ou percentual de desconto**, a marca, o modelo, a procedência de cada item cotado.

4.3 - Conforme o objeto a ser licitado, o sistema apresentará automaticamente os respectivos campos que trata o subitem 4.2.

4.4 - O documento **ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**, deverá ser anexado em campo próprio no Sistema Eletrônico, denominado “anexo da proposta”, quando da gravação da proposta.

4.5 - Preço da unidade de fornecimento, expresso em Reais, com até 04 (quatro) casas decimais.

MUNICIPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

4.6 – A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública, incluindo todos os ônus que incidam sobre o bem objeto deste Pregão, inclusive as despesas com frete.

4.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.8 – Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 – No dia e no horário previstos neste edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a automática abertura das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços, na qual os licitantes serão identificados por meio de números atribuídos aleatoriamente pelo Sistema.

6 – DO MODO DE DISPUTA, DA ETAPA DE LANCE, DE NEGOCIAÇÃO E DE ACEITABILIDADE DO PREÇO

6.1 – Divulgada a grade das propostas, o pregoeiro iniciará a realização da etapa de lances, com a participação de todas as licitantes.

6.2 – A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico (sítio) do COMPRAS/SBC.

6.3 – O critério de julgamento deste Pregão consta definido no preâmbulo deste Edital.

6.3.1 – Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes ao último valor apresentado pela própria licitante.

6.3.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.4 - O licitante poderá solicitar uma única vez, exclusão de seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.5 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado indicado no preâmbulo deste edital.

6.6 – **MODO DE DISPUTA ABERTO:** Caso seja adotado este modo de disputa para o envio de lances no pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.6.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.6.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.6.3 – Não havendo novos lances na forma estabelecida no item anterior, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

MUNICIPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

I – Ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

II – Ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.6.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.6.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.7 - **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO:** Caso seja adotado este modo de disputa para o envio de lances no pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.8 – A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.8.1 – Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.2 – No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.8.3 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.4 - Após o término do prazo estabelecido no item anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

I – Ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

II – Ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.9 – No decorrer da etapa de lances, os licitantes serão informados em tempo real pelo Sistema Eletrônico:

a) do valor do menor lance registrado;

b) dos lances admitidos, horário de seu registro no sistema e respectivos valores;

c) do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

6.10 – Encerrada a etapa de lances no modo de disputa “**aberto**” ou encerrada a etapa de lance final e fechado no modo de disputa “**aberto e fechado**”, o sistema irá apurar a existência de empate ficto, conforme determina a Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, sempre que não se tratar de item exclusivo de participação das ME e EPP.

6.11 – Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

MUNICIPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

6.12 – Com base na classificação que alude o subitem 6.10, será assegurado ao Microempreendedor Individual (MEI), as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), que preencham as condições estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e tenham providenciado o estabelecido no subitem 3.12.1, observadas as seguintes regras:

6.12.1 – As propostas de MEI, ME e EPP que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance ofertado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.12.2 – A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.12.3 – Caso o MEI, ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MEI, ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.13 – Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.14 – Em caso de eventual empate entre duas ou mais propostas, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

6.15 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.15.1 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.2 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.16 – A identidade dos licitantes será conhecida após o encerramento da etapa de lances.

6.17 – Durante o transcurso da Sessão Pública, ficará disponível a funcionalidade de troca de mensagens abertas entre o Pregoeiro e os licitantes, sendo estas divulgadas no *chat* do sistema, vedada a identificação do licitante.

6.18 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará a conformidade do menor preço ou maior desconto obtido – seja na negociação, nos lances ou nas propostas, conforme o caso – com o valor estimado da contratação, decidindo, motivadamente, pela sua aceitabilidade ou não.

6.19 – Havendo aceitação da proposta quanto ao valor, o Município reserva-se o direito de solicitar AMOSTRA ou CATÁLOGO TÉCNICO do produto para fins de análise, caso julgue necessário, será suspensa a Sessão Pública e concedido prazo de **05 (cinco) dias úteis** para que o licitante detentor do menor lance os apresente, conforme solicitação no chat da própria Sessão Pública.

6.19.1 – Quando houver a exigência de laudo junto à amostra, o prazo será de **10 (dez) dias úteis**.

MUNICIPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

6.19.2 – Toda amostra ou catálogo técnico deverá ser apresentado devidamente identificado, por intermédio de etiqueta ou processo equivalente, constando a denominação do concorrente e o número desta licitação, no local e data limite informado, no *chat* da Sessão Pública pelo Pregoeiro.

6.19.3 – Quaisquer dos catálogos ou amostras que se apresentarem em desacordo com as especificações dos materiais serão compreendidas como o desatendimento das amostras entregues para o item e ensejarão a desclassificação do licitante, no referido item.

6.19.4 – Mediante o resultado da análise dos catálogos ou das amostras apresentadas, será reaberta a Sessão Pública em data e horário determinado pelo Pregoeiro, para tratar da fase de aceitabilidade dos preços e das amostras ou catálogos.

6.19.5 – No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro retornará à etapa de negociação com o autor do lance subsequente, solicitando a apresentação dos catálogos ou das amostras, se necessário, nos termos, prazos e demais condições constantes neste capítulo, e assim sucessivamente, até a conclusão desta fase.

6.20 – Considerada aceitável a oferta de menor preço **ou** maior desconto, e, dos catálogos **e/ou** das amostras apresentadas, o Pregoeiro iniciará fase de habilitação, com a liberação do envio dos documentos de habilitação via Sistema Eletrônico de Compras/SBC para o licitante mais bem classificado.

6.20.1 - Solicitará ao licitante mais bem classificado a apresentação à Administração, por meio eletrônico, da proposta comercial contendo todos os elementos exigidos neste edital, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, que deverá ser entregue juntamente aos documentos de habilitação.

6.21 - A fase de habilitação se iniciará com a liberação do envio dos documentos de habilitação para a licitante mais bem classificada via Sistema Eletrônico de Compras/SBC.

6.21.1 - Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da abertura da sessão pública indicada no preâmbulo deste edital.

6.21.2 - O prazo para o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação será de 01 (uma) hora após a liberação.

6.21.2.1 - Qualquer pedido de prorrogação do prazo acima referido deverá vir acompanhada das devidas justificativas e aceitas pelo Pregoeiro.

6.21.3 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e/ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1 - A classificação ou desclassificação do licitante será decidida pelo Pregoeiro de acordo com as análises realizadas pelo(s) membro(s) da Equipe de Apoio indicado(s) pela Unidade Técnica.

7.2 - Nesta fase serão analisadas as propostas comerciais iniciais das licitantes, levando-se em conta os respectivos lances finais ofertados.

7.3 – Serão desclassificadas as propostas comerciais que:

I - conter vícios insanáveis;

II - não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

III - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.4 - A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.5 - A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

7.6 - Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na proposta de preço serão corrigidos pelo Pregoeiro que poderá no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não alterem a substância das propostas.

7.7 - A inexequibilidade só será considerada após diligência do Pregoeiro que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - Serão exigidos do licitante mais bem classificado para fins de habilitação os documentos abaixo, válidos na data da abertura da sessão pública, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação:

8.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, todos devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio oficial do Governo Federal;

c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício, devidamente registrado no órgão competente;

d) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

8.3 – HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa de Tributos **Municipais** Mobiliários, expedida no local do domicílio ou sede do interessado, relativa as taxas de poder de polícia;
- c) Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa de Tributos Estaduais, expedida no local do domicílio ou sede da licitante, relativo aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- d) Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- e) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal.
- f) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme estabelecido na Lei Federal n.º 12.440 de 08 de julho de 2011.

8.4 – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
 - a.1) Em caso de Certidão positiva para processo de recuperação judicial ou extrajudicial, apresentar alternativamente:
 - 1) Declaração do Administrador Judicial e, quando houver, do Comitê de Credores quanto ao idôneo cumprimento pela licitante do plano de recuperação judicial, nos termos da letra “a” do inciso II do artigo 22 e letra “b” do inciso II do artigo 27 da Lei Federal nº 11.101/05.
 - 2) Homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 165 da Lei Federal nº 11.101/05.

8.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.5.1 – Quando houver a necessidade de apresentação de documentos específicos, serão relacionados nos anexos deste edital, e solicitados na Sessão Pública para a licitante classificada em primeiro lugar, os quais deverão ser anexados junto dos documentos de habilitação, cuja análise será realizada pela equipe de apoio da unidade requisitante.

8.5.1.1 – Como o pregão será na forma eletrônica, será exigido como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

8.6 – DEMAIS COMPROVAÇÕES

8.6.1 - Declaração de Ciência e de Notificação, conforme modelo apresentado no Anexo I.

9 – VALIDADE DOS DOCUMENTOS

9.1 - As licitantes que apresentarem cópia do CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL, expedido pelo Departamento de Licitações e Materiais – SA.2, com todos os documentos nele elencados dentro de suas respectivas validades, ficam dispensadas da apresentação da documentação especificada no item 8.2 (com exceção da documentação relativa à eleição dos administradores, no caso de sociedades por ações, e dos documentos comprobatórios da posse da diretoria em exercício, no caso de sociedades simples), letras “a” a “f” do item 8.3 e letra “a” do item 8.4.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

9.2 - Na hipótese de não constar nos documentos indicados na letra "a" do item 8.4 e letra "a" do item 8.5 o respectivo prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos no período de 6 (seis) meses anteriores à data prevista para abertura das propostas no preâmbulo deste edital.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1 - A habilitação e inabilitação do licitante será decidida pelo Pregoeiro de acordo com as análises realizadas pelos membros da Equipe de Apoio.

10.1.1 - O membro da equipe de apoio lotado no Serviço de Cadastro de Fornecedores será responsável pela análise dos documentos pertinentes ao Cadastro de Fornecedores;

10.1.2 - O membro da equipe de apoio indicado pela Unidade Técnica será responsável pela análise de todos os documentos de ordem técnica, inclusive de Qualificação Técnica.

10.2 - Com base nos documentos apresentados, o Pregoeiro inabilitará a licitante que deixar de apresentar qualquer documento exigido no edital, ou fazê-lo de maneira incompleta, incorreta ou com borrões, rasuras, entrelinhas, em desacordo com este edital, ou com validade vencida, ou ainda qualquer outro vício que o invalide.

10.3 - Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.4 - Para habilitação de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 8.3 (Regularidade Fiscal e Trabalhista), ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação, desde que sanados conforme prazo estabelecido na cláusula 10.6;

10.5 - A licitante somente será habilitada nas condições da cláusula 10.4, se comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.6 - Para tanto, a comprovação de que trata a cláusula 10.5 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do momento que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por mais **05 (cinco) dias úteis** a critério da Administração.

10.7 - Por ocasião da retomada da sessão pública, após consulta ao serviço de cadastro de fornecedores do Município, o Pregoeiro informará sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

10.8 - Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame;

10.9 - Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

MUNICIPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

11 – DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

11.1 – A Ata da sessão pública conterá o registro, pelo sistema, de todas as etapas e ocorrências do pregão verificadas durante a sua realização, incluindo a transcrição do *chat* e apresentando o resultado do pregão até a adjudicação do objeto do certame.

11.2 – Caberá ao pregoeiro registrar as considerações finais, inclusive, a informação aos que manifestaram a intenção de recorrer, se houver, do prazo para a apresentação dos memoriais de razões do recurso e, aos demais, das contrarrazões, assim como os eventuais documentos que desejarem anexar para instruir essas peças.

11.3 – Mediante comando do Pregoeiro, a ata será finalizada e a sessão pública encerrada, sendo, então, divulgada para todos pelo Sistema.

12 – DA DESCONEXÃO

12.1 – A desconexão simultânea do Sistema Eletrônico, com os participantes e com o Pregoeiro, implicará suspensão da Sessão Pública do pregão eletrônico e o seu reinício somente ocorrerá após comunicação eletrônica expressa aos licitantes.

12.2 – A desconexão do Sistema Eletrônico com o pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e a sua retomada, no ponto em que foi suspensa, sem prejuízo dos atos realizados até então;

b) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.3 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.4 – A desconexão do Sistema Eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

12.5 – Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

13 – DO RECURSO

13.1 – A interposição de recurso, deverá observar o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21.

13.1.1 – Ao final da Sessão Pública, a licitante que desejar recorrer das decisões do Pregoeiro, poderá fazê-lo, manifestando sua intenção, no prazo de 10 (dez) minutos, utilizando, exclusivamente, de campo próprio disponibilizado no Sistema Eletrônico, sob pena de preclusão.

13.1.2 – Os memoriais contendo as razões de recurso, deverão ser apresentados no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou lavratura da ata, os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais terão início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

MUNICIPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

13.2 – O Sistema não admitirá recursos e contrarrazões interpostos após os respectivos prazos legais, bem como não serão conhecidos aqueles que não forem enviados por meio do Sistema Eletrônico de Compras.

13.2.1 – Uma exceção ao item 13.2 será quando o sistema estiver inoperante e ainda estiver dentro do prazo de recurso, quando será aceito somente pelo e-mail do pregoeiro, e com comprovação de resposta de recebimento.

13.3 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

13.3.1 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.4 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

14 - ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15 – DA CONTRATAÇÃO

15.1 – Considerar-se-á efetivamente celebrada a contratação no dia subsequente ao envio, por meio eletrônico, da N.E. - Nota de Empenho e respectiva A.F. - Autorização de Fornecimento, dando início, a partir dessa data, ao prazo de entrega do objeto do contrato.

15.2 – Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular, ou recusar-se a receber, ou devolvendo a N.E. - Nota de Empenho, serão convocados os demais licitantes classificados, para participar de nova Sessão Pública do Pregão Eletrônico, para negociação individual com os participantes na ordem de classificação para aceitação ou não das mesmas condições propostas pelo licitante vencedor, em observância ao disposto no §2º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3 – Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis, contados da divulgação do respectivo aviso.

15.3.1 – A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE e veiculação na Internet.

15.4 – Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 6.15.1 a 6.21 e o item 7 deste ato convocatório.

16 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 – O material deverá ser entregue no endereço indicado na A.F. – Autorização de Fornecimento, sendo a descarga por conta do fornecedor, que deverá acatar as orientações dos funcionários recebedores da Unidade competente.

16.2 – A entrega do material será aferida pela Unidade competente, em conformidade com as especificações deste Edital.

16.3 – Documentação diversa daquela necessária à habilitação, quando solicitada na especificação do material, deverá ser entregue juntamente com este, em original ou cópia autenticada.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

16.4 – O prazo de validade do material, quando constante da especificação, será contado a partir da data da entrega.

16.5 – As amostras solicitadas, quando não utilizadas em teste, poderão ser retiradas em até 10 (dez) dias contados da data da divulgação da homologação do resultado. Após esse prazo, o Município reserva-se no direito de utilizar o material.

16.6 – Constatadas irregularidades no fornecimento pertinentes à especificação, o Município poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

16.6.1 – Na hipótese de substituição, o CONTRATADO deverá fazê-lo em conformidade com a indicação do Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua notificação, mantido o preço inicialmente contratado.

16.7 – Constatadas irregularidades no fornecimento referente às quantidades, o Município poderá determinar sua complementação, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

16.7.1 – Na hipótese de complementação, aplicar-se-á o disposto no subitem 16.6.1.

16.8 – Recebido definitivamente o material, será emitida a Nota de Liquidação pela Unidade competente, seguindo-se a emissão da Ordem de Pagamento.

17 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS LICITANTES

17.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

17.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

17.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

17.1.5 - fraudar a licitação

17.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

17.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1 - advertência;

17.2.2 - multa;

17.2.3 - impedimento de licitar e contratar e

17.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.

17.3.2 - as peculiaridades do caso concreto

17.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

17.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do orçamento estimado.

17.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do orçamento estimado.

17.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, se houver.

17.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18 – DO PAGAMENTO

18.1 – O pagamento será efetuado no prazo do subitem 1.10 do Preâmbulo, contados da data de atestação do recebimento do material e/ou prestação dos serviços.

18.1.1 – A atestação será efetivada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

18.2 – A documentação fiscal para fins de pagamento deverá conter o mesmo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, indicado no contrato, na Autorização de Fornecimento ou Instrumento equivalente, formalizado com esta municipalidade.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO

18.3 – Para a Nota Fiscal ou Fatura que apresentar incorreção será solicitado ao fornecedor a competente Carta de Correção e o seu vencimento será contado da data de sua apresentação, se correta.

18.4 – Os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, terão os seus valores atualizados monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, entre a data prevista para adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

18.5 - Estão excluídos os atrasos motivados pela contratada, independentemente de eventual prorrogação autorizada pelo Município.

18.6 – A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

18.6.1 – Os respectivos pagamentos ficarão condicionados ao cumprimento do item acima.

18.6.2 - Em nenhuma hipótese serão aceitos títulos via cobrança bancária.

18.7 - Conforme Decreto Municipal 21905/2022, o IR incidente sobre esta contratação será retido pelo MUNICÍPIO nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1234 de 11 de janeiro de 2012 e tabela anexa à Instrução.

19 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1 – Até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, qualquer pessoa poderá, em campo próprio do Sistema Eletrônico de Compras, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o edital do Pregão Eletrônico.

19.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3 – Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

19.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.5 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 – A participação da empresa nesta licitação, com a gravação da proposta, significa que tem pleno conhecimento dos termos deste edital e que se responsabiliza pela veracidade das seguintes informações:

- a) que nenhum dos seus dirigentes, gerentes, acionistas, responsáveis técnicos e funcionários sejam servidores deste Município, sob qualquer regime de contratação;
- b) que não possui fato impeditivo para contratação com o serviço público;
- c) não se enquadrem nas vedações de participação previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

20.2 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**MUNICIPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO**

20.3 – Informações, casos omissos e questões relativas ao procedimento eletrônico são da competência do Departamento de Licitações e Materiais – SA-2, cujo endereço está disponível no sítio do COMPRAS/SBC.

20.4 – Esse edital padrão foi aprovado pela Procuradoria Geral do Município conforme manifestação inserta no processo administrativo SB 138773/2023.

20.5 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste procedimento e da contratação dele originada, será competente o Foro da Comarca de São Bernardo do Campo.

**MUNICIPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS
PREGÃO ELETRÔNICO**

ANEXO I – Declaração de Ciência e de Notificação

**ANEXO I
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(FASE DE HABILITAÇÃO)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – SP

EMPRESA: _____

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº _____

OBJETO: _____

Pela presente DECLARAÇÃO:

1 – Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste entre as partes estará sujeito à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709 de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefone de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2 – Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

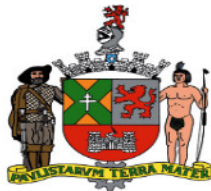
São Bernardo do Campo, ____ de _____ de 2024.

Nome e assinatura do representante legal

RG nº _____

Endereço da Empresa: _____

e-mail(s): _____



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Secretaria de Assistência Social
Gabinete do Secretário

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 22.260/2023, o presente Termo de Referência tem por objetivo instruir processo licitatório, a fim de atender a demanda da Secretaria de Assistência Social de São Bernardo do Campo/SP.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Definição

Aquisição de materiais de consumo para adequação dos trabalhos realizados dentro do Programa Banco de Alimentos, conforme descritos no item 14.

1.2 Justificativa

O "Banco de Alimentos" é um programa vinculado ao Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria de Assistência Social de São Bernardo do Campo.

O programa Banco de Alimentos contribui para evitar o desperdício alimentar, captando itens próprios para consumo, porém fora dos padrões comerciais. Esses alimentos, após triagem, são doados, combatendo a insegurança alimentar.

Diante desse cenário, faz-se necessária a aquisição de bens comuns de consumo para concretização das atividades diárias realizadas dentro do Programa Banco de Alimentos, bem como atendimento as normas sanitárias.

A aquisição será através de recurso fonte 1 Tesouro, na quantia suficiente, para consumo de 12 (doze) meses, baseada no histórico de consumo, destinada a estruturação dos serviços do Programa Banco de Alimentos, vinculado ao Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional- SAS-3 da Secretaria de Assistência Social, para aquisição, motivo pelo qual optou-se pela aquisição.

PRODUTOS	QUANTIDADE	UNIDADE
MOLA AÉREA HIDRÁULICA;	03	UNIDADE
SACO PLÁSTICO TRANS- PARENTE REFORÇADO;	60.000	UNIDADE
CONCHA CANECA INOX PARA CEREAL;	04	UNIDADE
FITA ADESIVA TRANS- PARENTE 45MMX45M;	1200	ROLO
ETIQUETA ADESIVA BRANCA; 25,4MM X 66,7MM	20	PACOTES (C/ 100fls)
PANO MULTIUSO PARA LIMPEZA, 300M	08	ROLOS
LIXEIRA DE PLÁSTICO, 100 LITROS, COM PE- DAL;	08	UNIDADE
TOUCA DESCARTÁVEL;	2000	UNIDADES
LUVAS NITRÍLICAS, P, M e G	1400	UNIDADES (Em PCT 100 UNID)
PALLETES	15	UNIDADES

1.3 Foi utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras de São Bernardo do Campo, previsto no art. 19 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 9º do Decreto Municipal nº 22.260/2021, conforme relação abaixo. Os itens descritos não estão padronizados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Descrição do Objeto	CÓD São Bernardo do Campo	CATEGORIA São Bernardo do Campo	CÓD PNPC
MOLA AÉREA PARA AMORTECIMENTO DE FECHAMENTO DE PORTAS	7A021040041	5520 – ESQUADRIAS DE MADEIRA, FERRO E ALUMÍNIO	Não incluso no Catálogo Eletrônico de Padronização - PNPC
SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, PARA ALIMENTOS	7I002010574	7230 – RECIPIENTES E UTILIDADES DE USO DOMÉSTICO	Não incluso no Catálogo Eletrônico de Padronização - PNPC
CONCHA CANECA PARA CEREAIS INOX 304	7B007100047	7330 - ARTIGOS PARA SERVIÇOS DE MESA	Não incluso no Catálogo Eletrônico de Padronização - PNPC
FITA ADESIVA TRANSPARENTE, DE POLIPROPILENO, EM ROLO DE 45MM X 45M.	7L003010055	7505 – ARTIGOS PARA ESCRITÓRIOS	Não incluso no Catálogo Eletrônico de Padronização - PNPC
ETIQUETA ADESIVA, COR BRANCA, TAMANHO 25,4MM X 66, 7MM,	7L002010046	7505 – ARTIGOS PARA ESCRITÓRIOS	Não incluso no Catálogo Eletrônico de Padronização - PNPC
PANO MULTIUSO PARA LIMPEZA	7I002050047	7920 – UTENSÍLIOS DE LIMPEZA	Não incluso no Catálogo Eletrônico de Padronização - PNPC
LIXEIRA DE 100 LITROS EM POLIPROPILENO, COM PEDAL	7I002060016	7920 – UTENSÍLIOS DE LIMPEZA	Não incluso no Catálogo Eletrônico de Padronização - PNPC
TOUCA DESCARTÁVEL	7I010030021	8520 – UTENSÍLIOS PARA HIGIENE PESSOAL	Não incluso no Catálogo Eletrônico de Padronização - PNPC
LUVA NITRÍLIA TAMANHO P	7I002070580	8521 – UTENSÍLIOS PARA HIGIENE PESSOAL	Não incluso no Catálogo Eletrônico de Padronização - PNPC
LUVA NITRÍLIA TAMANHO M	7I002070598	8522 – UTENSÍLIOS PARA HIGIENE PESSOAL	Não incluso no Catálogo Eletrônico de Padronização - PNPC

LUVA NITRÍLIA TAMANHO G	7I002070603	8523 – UTEN- SÍLIOS PARA HIGIENE PES- SOAL	Não incluso no Catálogo Eletrônico de Padroniza- ção - PNPC
PALETE	7M007010770	9330 – ARTIGO DE PLÁSTICO	Não incluso no Catálogo Eletrônico de Padroniza- ção - PNPC

1.4 Os objetos dessa contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 22.260/2023 e art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1 Tipo de contratação: Licitação.

2.2 Modalidade de licitação: Pregão eletrônico, considerando se tratar de aquisição de bem comum, e em conformidade com art. 6, inciso XLI e art. 17, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021, e art. 25 do Decreto Municipal nº 22.260/2023.

2.3 Justificativa para a adoção ou não do Sistema de Registro de Preços: A não opção pelo sistema de registro de preços, ocorre pelo fato de tratar se de entrega imediata, além de não existir ata vigente. Para o futuro estuda-se a abertura de Ata de Registro de Preço.

2.4 Justificativa para o critério de julgamento: Menor preço. A escolha pelo menor preço para item único assegura a obtenção do melhor custo-benefício para o erário público.

2.5 Justificativa para o critério de adjudicação: Por item, conforme §4º Artigo 5º Anexo IV do Decreto Municipal 22260/2023.

2.6 Justificativa para a participação ou não de consórcios: Permitido, sem restrições, observado o art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021. Não temos objeções quanto à participação de consórcios no processo licitatório, a fim de se assegurar a ampla concorrência, potencialmente resultando em propostas mais vantajosas para a administração pública.

2.7 Indicamos não possuir óbices para aplicação de adoção do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, em atendimento ao inciso VIII, art. 5º, Anexo IV, do Decreto Municipal nº 22.260/2023.

2.8 Não será estabelecido direito de preferência, salvo em critério de desempate previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

3.1 Necessidade de vistoria: Não se aplica, devido à natureza do objeto.

3.2 Capacidade técnica: Dispensada, conforme Lei Federal nº 14.133/2021, art. 70, inciso III

3.3 Necessidade de apresentação de amostra/catálogo

3.3.1 Conforme inciso II, art. 41 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante provisoriamente vencedor, na fase de julgamento das propostas ou de lances, deverá apresentar uma amostra do(s) item(s), a fim de se verificar o pleno atendimento às especificações técnicas exigidas no Edital e seus anexos, suprimindo assim a real necessidade desta Administração, e evitando a má utilização de recursos públicos. A entrega da amostra ocorrerá na Secretaria de Assistência Social, na Av Redenção, 271 Jardim do Mar em São Bernardo do Campo – CEP 09725-680. Responsável Sr. Sebastião J. Amorim telefone (11) 2630 6689.

3.4 Habilitação jurídica: Definido em Edital, e em consonância com Título II, Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5 Regularidade fiscal, social e trabalhista: Definido em Edital, e em consonância com Título II, Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6 Qualificação econômico-financeira: Definido em Edital, e em consonância com Título II, Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. FORMALIZAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 Considerando se tratar de aquisição de bens comuns de entrega única, não resultando em obrigações futuras, e em conformidade com o Anexo IV, art. 7º, parágrafo único, a contratação será realizada através de Autorização de Fornecimento.

5. MODELO DE GESTÃO

5.1 Não se aplica.

6. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO

6.1 Os objetos em conformidade com as demais exigências deste documento, deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do dia subsequente à notificação à empresa, com o envio da Autorização de Fornecimento e Nota de Empenho.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Executar fielmente o ajustado, entregando os objetos de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos, proposta apresentada na licitação, e em perfeitas condições de uso para o fim a que se destinam.

7.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir os materiais que fornecer, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

7.3 Prestar à Contratante, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os materiais entregues, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização.

7.4 Conferir o estado e funcionamento dos equipamentos antes da entrega à Contratante.

7.5 Todas as dúvidas advindas do projeto e/ou contrato deverão ser sanadas junto à Contratante, no sentido de cumprir com suas obrigações e prazos, fornecendo sempre que solicitado informações à contratante sobre o andamento dos serviços e informando a Contratada sobre eventuais problemas que possam acarretar no não cumprimento dos prazos e exigências contidos neste Termo.

7.6 No caso de eventuais problemas referentes à execução dos serviços, os mesmos deverão ser solucionados pela contratada sem ônus à contratante.

7.7 Os produtos novos deverão ser entregues com a documentação em nome da Contratante. Incluso os manuais do proprietário, em português, e certificados de garantia, especificamente para a mola aérea.

7.8 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.9 Atender suas obrigações e responsabilidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 22.260/2023, Lei Federal nº 8.078/1990 e suas respectivas alterações.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 O(s) item(s) deverá ser novo e de primeiro uso. A aquisição será de entrega única, com prazo de entrega conforme estipulado no item 6 deste Termo.

8.2 O local de entrega deverá ser na Secretaria de Assistência Social, Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (Av. Rendação nº 271 – Jardim do Mar – SBC – SP – CEP: 09725-680), em dia útil, das 09h00 às 12h00 ou das 13h00 às 16h00, mediante agendamento prévio.

8.2.1 O local de entrega poderá sofrer alteração, a critério da Administração, mediante prévia comunicação ao Fornecedor.

8.3 O recebimento provisório e definitivo seguirá o determinado em art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e deverá ocorrer com a presença de servidor da Secretaria de Assistência Social.

8.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.5 O prazo de garantia se dará conforme item 14.2 deste Termo, contado a partir do recebimento definitivo.

9. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

9.1 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ÀS CONTRATADAS

9.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

9.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 9.1.1.2, 9.1.1.3 e 9.1.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 9.1.1.5, 9.1.1.6, 9.1.1.7 e 9.1.1.8, bem como nos itens 9.1.1.2, 9.1.1.3 e 9.1.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.1.2.4. Multa:

- a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias ficando o Município autorizado a extinguir o contrato após este período;
- b) Compensatória, para as infrações descritas nos itens 9.1.1.5 a 9.1.1.8, de 15% a 30% do valor do Contrato .
- c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 9.1.1.3, de 15% a 30% do valor do Contrato.
- d) Para infração descrita no item 9.1.1.2, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.
- e) Para infrações descritas no item 9.1.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.
- f) Para a infração descrita no item 9.1.1.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.
- g) A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.1.3. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.1.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.1.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Município ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada

da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.1.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.1.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Município;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.1.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.1.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.1.10. O Município deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Sus-

penas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.1.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.1.12. Os débitos do contratado para com o Município, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

10. PREVISÃO DE ADOÇÃO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

10.1 – Não será adotado Instrumento de Medição de Resultado, dado a baixa complexidade do objeto.

11. DO PAGAMENTO

11.1 – Deverá ser emitida uma única Nota Fiscal para a Contratante, contemplando todos os custos, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outros custos relacionados com a entrega do produto, com base nas especificações do objeto.

11.1.1 Na emissão da Nota Fiscal, o fornecedor deverá descrever o objeto com marca/modelo, o número do processo que originou a contratação, o número da Autorização de Fornecimento e Nota de Empenho, e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta.

11.2 – Demais condições referentes ao pagamento obedecerão ao estipulado em Edital; Capítulo VIII, Seção III do Decreto Municipal nº 22.260/2023; e Título III, Capítulo X, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12. CONDIÇÕES DO REAJUSTE

12.1 – Ultrapassados os 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, mediante o requerimento expresso da contratada os preços poderão ser reajustados, obedecido o seguinte critério:

12.1.1 Fica eleito o IPCA como índice geral de preços básicos a ser utilizado, como segue:

12.1.1.1 Na eleição do índice (observada a variação de 12 meses):

- Um mês de retroação da data base (mês da proposta);
- Um mês de retroação da incidência.

12.1.2 A incidência do reajuste contratual dar-se-á no 13º (décimo terceiro) mês, contado da data da apresentação da proposta e assim sucessivamente.

12.1.3 Fica reservado ao Município o direito de efetuar pesquisa de mercado para fins de avaliação de preços.

12.1.4 Em decorrência da avaliação da pesquisa de mercado, o Município poderá deferir, deferir parcialmente ou indeferir o pleiteado, mediante ato devidamente fundamentado.

12.1.5 O pagamento do reajuste apurado, somente será devido a partir da data do pedido protocolado pela Contratada no Departamento de Licitações e Materiais, da Secretaria de Administração e Inovação deste Município.

13. GARANTIA CONTRATUAL

13.1 – Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando se tratar de entrega única dos produtos de menor complexidade e risco, e por não se tratar de grande vulto.

14. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS A SEREM ADQUIRIDOS

14.1 Categoria Esquadrias

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS		

PRODUTO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS
Mola Aérea Hidráulica	03 unidades	MOLA AÉREA PARA AMORTECIMENTO DE FECHAMENTO DE PORTAS. POSSUINDO CORPO EM AÇO, NA COR PRATA, DUAS VÁLVULAS PARA CONTROLE DE FECHAMENTO, NA COR PRATA. PARA INSTALAÇÃO EM PORTAS QUE ABREM PARA A DIREITA OU PARA A ESQUERDA (ÂNGULO DE ABERTURA DE 0° A 150°). INDICADA PARA FECHAMENTO AUTOMÁTICO DE PORTAS DE ATÉ 85CM X 90CM, COM MASSA DE 25 KG A 45 KG. REGULAGEM DE FECHAMENTO DE 90° A 15° E DE 15° A 0° POR VÁLVULAS INDEPENDENTES. BRAÇO REFORÇADO E AJUSTÁVEL CONFORME A NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO; FUNCIONAMENTO MECÂNICO-HIDRÁULICO. MARCA: A DECLARAR

14.2 Categoria Recipiente e Utilidade de Uso Doméstico

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS		
PRODUTO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS
SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE REFORÇADO	60 milheiros	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, PARA ALIMENTOS, EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, SEM IMPRESSO, MATÉRIA PRIMA VIRGEM, COM SOLDA NO FUNDO COM BAINHA DE 3MM PARA MAIOR RESISTÊNCIA, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 30X40CM, ESPESURA DE 0,15MM

14.3 Categoria Artigo de Serviço de Mesa

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS		
PRODUTO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS
Concha Caneca Inox para cereal;	04 unidades	CONCHA CANECA EM INOX PARA CEREAIS, GRÃOS COM CAPACIDADE PARA 1KG. FABRICADA EM AÇO INOX 304, COM DESIGN TUBULAR, FUNDO RETO COM CANTOS ARREDONDADOS PARA EVITAR ACÚMULO DE RESÍDUOS. MARCA: A DECLARAR

14.4 Categoria Artigos para Escritório

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS		
PRODUTO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS
Fita Adesiva Transparente	1.200 rolos	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, DE POLIPROPILENO, EM ROLO DE 45MM X 45M.
ETIQUETA ADESIVA BRANCA	20 pacotes	ETIQUETA ADESIVA, COR BRANCA, TAMANHO 25,4MM X 66,7MM, 30 ETIQUETAS POR FOLHAS. ACONDICIONADO EM PACOTES COM 100 FOLHAS. MARCA: PIMACO - REF. 6180 OU SIMILAR A: DECLARAR

14.5 Categoria Utensílios de Limpeza

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS		
PRODUTO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS
PANO MULTIUSO PARA LIMPEZA	08 rolos	PANO MULTIUSO PARA LIMPEZA, EM ROLO DE 300 METROS, COM 600 PANOS PICOTADOS

		NO TAMANHO APROXIMADO DE 33 X 55CM, COMPOSIÇÃO 70% VISCOSE/30% POLIESTER.
LIXEIRA DE PLÁSTICO 100L, COM PEDAL	08 unidades	LIXEIRA EM POLIPROPILENO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: - ATÓXICAS, FORMATO RETANGULAR, COM PEDAL E TAMPA, SUPORTE PARA SACO DE LIXO, CAPACIDADE PARA 100 LITROS, COR:BRANCA MARCA: A DECLARAR

14.6 Categoria Utensílios para Higiene Pessoal

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS		
PRODUTO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS
TOUCA DESCARTÁVEL	2000 unidades	TOUCA DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM TNT COM GRAMATURA MÍNIMA DE 30G/M2, TAMANHO ÚNICO, COR BRANCA.
LUVAS NITRÍLICAS TAMANHO P	200 unidades	LUVA NITRÍLICA PARA PROCEDIMENTO, SEM PÓ, TAMANHO =P=, ISENTA DE LÁTEX, AMBIDESTRA, COM TEXTURA NA PONTA DOS DEDOS, NA COR AZUL, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) CONTRA AGENTES BIOLÓGICOS, ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES. A DECLARAR MARCA.
LUVAS NITRÍLICAS TAMANHO M	1.000 unidades	LUVA NITRÍLICA PARA PROCEDIMENTO, SEM PÓ, TAMANHO =M=, ISENTA DE LÁTEX, AMBIDESTRA, COM TEXTURA NA PONTA DOS DEDOS, NA COR AZUL, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, COM CERTIFICADO DE

		APROVAÇÃO (CA) CONTRA AGENTES BIOLÓGICOS, A-CONDICIONADO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES. A DECLARAR MARCA.
LUVAS NITRÍLICAS TAMANHO G	200 unidades	LUVA NITRÍLICA PARA PROCEDIMENTO, SEM PÓ, TAMANHO =G=, ISENTA DE LÁTEX, AMBIDESTRA, COM TEXTURA NA PONTA DOS DEDOS, NA COR AZUL, DESCARTÁVEL, NÃO ESTÉRIL, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) CONTRA AGENTES BIOLÓGICOS, A-CONDICIONADO EM CAIXAS COM 100 UNIDADES. A DECLARAR MARCA.
PALETES	15 unidades	FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), RECICLADO, GARANTINDO ALTÍSSIMA QUALIDADE, RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; FORMATO APROXIMADO: 120 CM DE COMPRIMENTO X 100 CM DE LARGURA X 15 CM DE ALTURA; COR PRETA; EMPILHÁVEL; ENCAIXÁVEL; IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, COM SUPERFÍCIE LISA; COM QUATRO ENTRADAS PARA EMPILHADEIRA; CAPACIDADE ESTÁTICA MÍNIMA DE 2500 KG E CARGA DINÂMICA DE 1000 KG; , I-NODORO, RESISTENTE A INSETOS, BACTÉRIAS E FUNGOS. COM BASE NA GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS: A) INFORMAR SE OS PALETES SÃO CONSTITUÍDOS, NO TODO OU EM PARTE, POR MATERIAL RECICLADO, ATÓXICO, BIODEGRADÁVEL, CONFORME ABNT NBR - 15448-1 E 15448-2; B) APRESENTAR CERTIFICAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO COMO

		PRODUTOS SUSTENTÁVEIS OU DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL EM RELAÇÃO AOS SEUS SIMILARES.
--	--	--

14.7 Certificação

- Para a luva, especificamente, deverá ser apresentado o Certificado de Aprovação, conforme Regulamentos Técnicos e Programas de Avaliação da Conformidade do Inmetro.
- Para o palete, especificamente, deverá ser apresentado a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

14.8 Garantia contada a partir do recebimento definitivo dos produtos pela Contratante

- O prazo de garantia dos produtos, bem como o de validade deverá ser de fabricação, não podendo ser inferior a 12 (doze) meses.
- A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- A garantia do fabricante deverá incluir todas as despesas com a manutenção, incluindo peças e mão de obra, de quaisquer unidades ou peças que venham apresentar defeitos de fabricação ou de funcionamento, devendo ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- As garantias previstas não abrangem as substituições de peças ou componentes quando, comprovadamente, danificados por dolo, imprudência ou imperícia por parte da Contratante.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão no presente exercício por conta da dotação orçamentária:

15.1.1 – MOLA AÉREA - Plano de Contratações Anual 2024 da Secretaria de Assistência Social, item (ID 103144).

Dotação: 14.143.3.3.90.30.00.08.244.0021.2089.01;

Código reduzido: 1080-9;

Discriminação: Material de Consumo

Subelemento: 99;

Projetos/Atividades: 0898/2022

Código de Aplicação: 110.000

15.1.2 – SACO PLÁSTICO - Plano de Contratações Anual 2024 da Secretaria de Assistência Social, item (ID 102111).

Dotação: 14.143.3.3.90.30.00.08.244.0021.2089.01;

Código reduzido: 1080-9;

Discriminação: Material de Consumo

Subelemento: 19;

Projetos/Atividades: 0898/2022

Código de Aplicação: 110.000

15.1.3– CONCHA CANECA INOX - Plano de Contratações Anual 2024 da Secretaria de Assistência Social, item (ID 103121).

Dotação: 14.143.3.3.90.30.00.08.244.0021.2089.01;

Código reduzido: 1080-9;

Discriminação: Material de Consumo

Subelemento: 22;

Projetos/Atividades: 0898/2022

Código de Aplicação: 110.000

15.1.4 – FITA ADESIVA TRANSPARENTE - Plano de Contratações Anual 2024 da Secretaria de Assistência Social, item (ID 99581).

Dotação: 14.143.3.3.90.30.00.08.244.0021.2089.01;

Código reduzido: 1080-9;

Discriminação: Material de Consumo

Subelemento: 19;

Projetos/Atividades: 0898/2022

Código de Aplicação: 110.000

15.15 – ETIQUETA ADESIVA - Plano de Contratações Anual 2024 da Secretaria de Assistência Social, item (ID 102112).

Dotação: **14.143.3.3.90.30.00.08.244.0021.2089.01;**
Código reduzido: **1080-9;**
Discriminação: Material de Consumo
Subelemento: **16;**
Projetos/Atividades: **0898/2022**
Código de Aplicação: **110.000**

15.1.6 – PANO MULTIUSO - Plano de Contratações Anual 2024 da Secretaria de Assistência Social, item (ID 99584).

Dotação: **14.143.3.3.90.30.00.08.244.0021.2089.01;**
Código reduzido: **1080-9;**
Discriminação: Material de Consumo
Subelemento: **22;**
Projetos/Atividades: **0898/2022**
Código de Aplicação: **110.000**

15.1.7 – LIXEIRA Plano de Contratações Anual 2024 da Secretaria de Assistência Social, item (ID 104184).

Dotação: **14.143.3.3.90.30.00.08.244.0021.2089.01;**
Código reduzido: **1080-9;**
Discriminação: Material de Consumo
Subelemento: **22;**
Projetos/Atividades: **0898/2022**
Código de Aplicação: **110.000**

15.1.8 – TOUCAS Plano de Contratações Anual 2024 da Secretaria de Assistência Social, item (ID 104094).

Dotação: **14.143.3.3.90.30.00.08.244.0021.2089.01;**
Código reduzido: **1080-9;**
Discriminação: Material de Consumo
Subelemento: **22;**
Projetos/Atividades: **0898/2022**
Código de Aplicação: **110.000**

15.1.9 – LUVAS (P) Plano de Contratações Anual 2024 da Secretaria de Assistência Social, item (ID 104082).

Dotação: **14.143.3.3.90.30.00.08.244.0021.2089.01;**

Código reduzido: **1080-9**;
Discriminação: Material de Consumo
Subelemento: **22**;
Projetos/Atividades: **0898/2022**
Código de Aplicação: **110.000**

15.1.10 – LUVAS (M) Plano de Contratações Anual 2024 da Secretaria de Assistência Social, item (ID 104087).

Dotação: **14.143.3.3.90.30.00.08.244.0021.2089.01**;
Código reduzido: **1080-9**;
Discriminação: Material de Consumo
Subelemento: **22**;
Projetos/Atividades: **0898/2022**
Código de Aplicação: **110.000**

15.1.11 – LUVAS (G) Plano de Contratações Anual 2024 da Secretaria de Assistência Social, item (ID 104090).

Dotação: **14.143.3.3.90.30.00.08.244.0021.2089.01**;
Código reduzido: **1080-9**;
Discriminação: Material de Consumo
Subelemento: **22**;
Projetos/Atividades: **0898/2022**
Código de Aplicação: **110.000**

15.1.12 – PALLETS Plano de Contratações Anual 2024 da Secretaria de Assistência Social, item (ID 99580).

Dotação: **14.143.3.3.90.30.00.08.244.0021.2089.01**;
Código reduzido: **1080-9**;
Discriminação: Material de Consumo
Subelemento: **22**;
Projetos/Atividades: **0898/2022**
Código de Aplicação: **110.000**

16. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Considerando que os produtos não estão inseridos na relação de Regulamentos Técnicos e Programas de Conformidade Compulsórios do INMETRO, solicitamos apenas para as luvas, a apresentação da Certi-

ficação de Avaliação da Conformidade, e para os Paletes, a apresentação da certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Considerando, ainda, as boas praticas de governança ESG, a consonância com o Acordo de Paris e o atendimento da ISO 14001.

Destacamos que o Plano de Logística Sustentável (PLS) previsto em art. 7º do Decreto Municipal nº 22.260/2023 ainda não foi regulamentado.

SAS-3, 21 de outubro de 2024.

Elaborado:

RITA DE CÁSSIA RIBEIRO BOTELHO

Diretora de Departamento de
Segurança Alimentar e Nutricional
SAS-3

RENAN EIJI THIBANA

Encarregado de Serviço – SAS-011.2

Autorizado:

ANDRÉ SICCO DE SOUZA

Secretário de Assistência Social